

Informação

[Projeto de Resolução n.º 1373/XIII/3.ª](#) (PCP) Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes

[Projeto de Resolução n.º 1501/XIII/3.ª](#) (CDS-PP), Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 17/04/2018.

1. Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR), foram apresentadas as seguintes iniciativas:
 - [Projeto de Resolução n.º 1373/XIII/3.ª](#) (PCP) – Recomenda a valorização do ensino profissional, com a garantia da igualdade de oportunidades de todos os estudantes
 - [Projeto de Resolução n.º 1501/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda ao adiantamento das prestações devidas às escolas de ensino profissional sempre que haja atrasos no financiamento do POCH
2. A discussão das iniciativas ocorreu na reunião da Comissão de 17 de abril de 2018.
3. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Projeto de Resolução visa a valorização do ensino profissional e realçou que se verifica uma desresponsabilização do Estado a nível da rede, o financiamento dos cursos existentes nas escolas públicas secundárias é feito com fundos comunitários e verificam-se atrasos nesse financiamento. Indicou depois que tem havido um reforço a nível dos estudantes do ensino profissional, mas os estudos demonstram um grande desconhecimento dos mesmos em relação à possibilidade de acesso ao ensino superior. Defendeu ainda a necessidade de uma política de valorização deste ensino, nomeadamente a nível da avaliação contínua e com igualdade de oportunidades de todos os estudantes. De seguida, explicitou as 13 recomendações do respetivo Projeto de Resolução.
4. A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) realçou a importância do ensino profissional, salientando que tem hoje uma rede alargada de oferta, quer estatal, quer privada contratualizada. Afirmou que quer as turmas das escolas estatais, quer as das escolas privadas são, na maioria do país, financiadas por fundos comunitários, estando os financiamentos atrasados, especialmente neste ano. Defendeu que, nestes casos, o Estado deve fazer o adiantamento das verbas em causa para que as escolas e os alunos possam manter a sua atividade sem risco de abandono ou de asfixia financeira. Indicou ainda que discorda de algumas referências da exposição de motivos do Projeto de Resolução do PCP e que embora concorde com vários aspetos da resolução, não acompanha alguns dos seus pontos.
5. O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) felicitou os 2 Grupos Parlamentares pela apresentação dos Projetos de Resolução, que permitiam o debate e realçou a importância do ensino profissional, referindo que é cada vez mais valorizado. Manifestou depois 2 preocupações principais: a estabilidade do financiamento e a reflexão sobre o acesso ao ensino superior, mencionando ainda os Cursos de Especialização Tecnológica. Indicou também que a proposta do CDS-PP é paliativa e salientou que o PCP propõe uma diminuição do contacto com o setor empresarial,

em contexto de empresa, tendo manifestado discordância e defendido que é isso que marca a diferença do ensino profissional.

6. A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) congratulou-se por os Projetos de Resolução, por permitirem o debate sobre o ensino profissional e referiu que o anterior Governo passou o seu financiamento para fundos comunitários e não do Estado e o atual executivo tem estado a alterar as situações. Indicou depois várias medidas de melhoria implementadas pelo atual Governo, nomeadamente a redução do número de alunos por turma, a existência atual de mais alunos e turmas, com alteração da rede (mais 127 turmas no ano letivo 2017/2018) e a equidade no acesso ao ensino superior. A terminar, referiu que pretendem que os adultos passem a frequentar o ensino profissional.
5. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) esclareceu que quando falam na falta da rede, o fazem no sentido de a mesma não estar articulada de forma lógica e coerente. Manifestou depois entender que há oportunidade para os restantes Grupos Parlamentares poderem acompanhar algumas das propostas do Projeto de Resolução.
6. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 17 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)